Portaria n.º 46/87

de 20 de Janeiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do artigo 4.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 21/86, de 14 de Fevereiro, o seguinte:

1.º O quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, aprovado pelos Decretos Regulamentares n.ºs 9/80, de 8 de Abril, e 59/83, de 30 de Junho, é alargado do número de lugares correspondentes à lista anexa.

2.º Os lugares acima referidos serão preenchidos pelos funcionários do ex-Fundo Especial de Transportes Terrestres, nos termos do artigo 4.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 21/86, de 14 de Fevereiro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1987.

3.º Os lugares previstos na lista anexa serão extintos à medida que vagarem.

Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Assinada em 17 de Dezembro de 1986.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *João Maria Leitão de Oliveira Martins*.

Lista anexa

Número de lugares	Categoria	Letra de vencimento
1	Assessor	C
1	Técnico superior principal	D
1	Chefe de secção	H
4	Técnico auxiliar de contabilidade de 2.ª classe	K
1	Segundo-oficial	L

MINISTÉRIOS DO PLANO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**Portaria n.º 47/87**

de 20 de Janeiro

A prestação de serviços de colecta e depuração de efluentes na rede de colectores e estações depuradoras por parte do Gabinete da Área de Sines (GAS) tem tido como contrapartida a possibilidade de aplicação de um tarifário.

Prevendo-se a criação de uma entidade pública de gestão do saneamento básico da zona com a participação das autarquias locais, procura-se facilitar a sua implementação a curto prazo.

Importa, pois, por um lado, continuar a promover a qualidade do ambiente e, por outro lado, incentivar o desenvolvimento industrial subjacente ao com-

plexo de Sines, sem esquecer a rentabilização dos investimentos globais já realizados.

No processo de revisão do tarifário houve, assim, que ter em conta a necessidade de um equilíbrio entre receitas e despesas que permita, *a priori*, a criação, subsistência e operacionalidade dessa futura entidade gestora do saneamento básico da área de Sines.

Assim:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Plano e da Administração do Território e da Indústria e Comércio, ao abrigo do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 444/79, de 9 de Novembro, o seguinte:

1.º As tarifas a aplicar pela prestação de serviços referentes às descargas, recepção e tratamento dos efluentes industriais e tratamento das lamas oleosas e resíduos sólidos de natureza industrial recebidos em local próprio são as constantes das tabelas anexas à presente portaria e dela fazem parte integrante.

2.º Para efeitos de tarifação, o efluente recebido das unidades industriais é classificado de acordo com as concentrações «CQO — carência química de oxigénio», «STS — sólidos totais em suspensão» e «Óleos e gorduras».

3.º Quando as concentrações desses três parâmetros não caíam na mesma classe, o efluente será classificado na classe mais elevada.

4.º O controle estatístico é feito mensalmente sobre um número significativo de amostras do efluente colhidas à entrada dos colectores do GAS em dispositivos automáticos.

5.º Quanto às lamas oleosas e outros resíduos sólidos de proveniência industrial, serão objecto de tipificação e subsequente disposição em local próprio, a indicar pelo GAS.

6.º Esta portaria produz efeitos a partir do dia 1 do mês seguinte à data da sua publicação.

7.º As dúvidas que se suscitarem na execução desta portaria serão resolvidas por portaria conjunta dos Ministérios do Plano e da Administração do Território e da Indústria e Comércio.

Ministérios do Plano e da Administração do Território e da Indústria e Comércio.

Assinada em 17 de Dezembro de 1986.

Pelo Ministro do Plano e da Administração do Território, *Carlos Alberto Martins Pimenta*, Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais. — Pelo Ministro da Indústria e Comércio, *Luís Filipe Sales Caldeira da Silva*, Secretário de Estado do Comércio Externo.

ANEXOS

Para efeitos da publicação da presente portaria e do disposto nas tabelas I e II, entende-se por:

Efluentes industriais: todo e qualquer efluente líquido residual proveniente das unidades fabris e que seja lançado na rede de colectores e estações depuradoras com vista ao seu tratamento.

Resíduos sólidos industriais: produtos provenientes das indústrias e resultantes da sua laboração, incluindo os inflamáveis reactivos, voláteis e lamas oleosas de que as indústrias se pretendam desembaraçar.

Lamas oleosas e outros: resíduos provenientes das indústrias e resultantes do tratamento de água, efluentes ou de outras origens, considerando-se incluída a parcela líquida.